

lidade da infra-estrutura já existente e daquela a ser implantada;

8. Custo-efetividade do projeto: a proposta deve aumentar a potencialidade das ações, apresentando claramente vantagens comparadas de custo-benefício. Essa relação torna-se bastante favorável quando se verificam a intersectorialidade, o controle social e a gestão participativa nos investimentos;

9. Necessidade de incorporação tecnológica: verifica-se se há compatibilidade da incorporação com as diretrizes do governo e com as necessidades regionais, resultando em melhoria da assistência prestada à sociedade;

10. Impacto sobre a promoção da equidade da saúde e do sistema de saúde: avalia-se a abrangência do projeto a grupos populacionais que apresentam dificuldades de acesso à assistência em saúde;

11. Impacto sobre a cobertura e a integralidade: estimulam-se ações que aumentem a cobertura dos serviços e integrem conhecimentos e outros recursos necessários para esta cobertura;

12. Modelo de gestão do projeto: verificam-se os aspectos organizacionais e a factibilidade da estrutura de gestão do projeto sob os pontos de vista gerencial, técnico e financeiro;

13. Resultados previstos: almeja-se a exposição clara dos objetivos e metas assistenciais, demonstrando-se a forma e a possibilidade de se comprovar o resultado do investimento por meio de indicadores;

14. Análise do impacto ambiental do projeto: verificam-se as condições do estabelecimento no atendimento às normas em vigor de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, bem como se o projeto respeita o ambiente ou lhe causa danos.

Como se observa, almeja-se, com essas diretrizes para o direcionamento das ações relacionadas aos investimentos em Saúde Pública, a seleção prioritária de ações com grande impacto promocional da saúde, baseadas em caminhos normativos seguros que representem a verdadeira necessidade da população, minimizando-se provavelmente o elevado número de ações isoladas e pouco eficazes, que contribuam para a ineficiência do sistema. Um outro aspecto de extrema relevância na análise sistemática dos investimentos em saúde, consiste na transparência na qual os investimentos serão selecionados, explicitando-se claramente as prioridades macropolíticas para o desenvolvimento do setor da saúde, evitando-se, portanto, subjetividades que possam inferir em erros persistentes e danosos em termos de Saúde Pública.

A transparência dos critérios implementados e vigentes possibilita a atenção e o acompanhamento contínuo da sociedade no que se refere aos fins e meios selecionados para a promoção da saúde. A análise crítica e aberta de atores sociais, políticos e gestores de saúde alberga o essencial e indispensável “*feedback*” para o progressivo aprimoramento desses critérios, em benefício da certeza da qualidade da saúde prestada à população.

Tiago Pessoa Tabosa e Silva
Israel de Lucena Martins Ferreira
Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil.
drtiagopessoa@yahoo.com.br

A SOCIOLOGIA DO CORPO. Le Breton D. Petrópolis: Editora Vozes; 2006. 104 pp.

ISBN: 85-326-3327-7

“*Antes de qualquer coisa, a existência é corporal*” (p. 7). Este livro de David Le Breton tem uma contribuição significativa no que diz respeito aos estudos de corpo, especialmente na vertente sociológica. A corporeidade humana, fruto de indagações e questionamentos de diversas áreas do conhecimento, como a antropologia, história, filosofia e as ciências da saúde, tem neste livro sua análise voltada aos aspectos sociais e culturais, em que a dimensão simbólica do corpo e suas representações pelos atores são centrais para a sua compreensão.

Na introdução, o autor argumenta que a existência corporal está imbuída no contexto social e cultural, o canal pelo qual as relações sociais são elaboradas e vivenciadas. Diante disso, a sociologia está perante um campo com inúmeras possibilidades de pesquisas, dentre elas, as investigativas acerca das representações e dos imaginários, no âmbito individual e coletivo, que os atores constroem acerca do corpo.

É dentro desse arcabouço teórico que o livro de Le Breton se desenvolve em todos os capítulos. Existe a preocupação com as representações dos atores e o corpo olhado e pesquisado na dimensão social e cultural, em que: “*o processo de socialização da experiência corporal é uma constante da condição social do homem*” (p. 8).

No primeiro capítulo, são sintetizadas as principais abordagens do estudo do corpo pela sociologia no século XIX. Os estudos sobre o corpo têm a contribuição de Marx, Engels, Villermé e Buret. Ao analisar as condições de trabalho no início do capitalismo, Marx e Engels, apesar de não se debruçarem especificamente às análises do corpo, pensaram a Revolução Industrial e suas repercussões à vida e à saúde da classe trabalhadora. Nessa ótica, o corpo é visto de modo atrelado às mudanças econômicas e sociais dessa época. Se, por um lado, o materialismo histórico dialético trouxe essa visão não anacrônica da corporeidade, por outro, há quem perceba que os estudos sobre corpo também sofreram influências da ordem biológica: o corpo multifacetado, enquanto cérebro, órgãos e na dinâmica da fisiologia e anatomia.

No segundo capítulo, Le Breton reitera as análises do corpo enquanto elaboração das construções identitárias do grupo social, bem como alguns elementos etnológicos, com uma constelação de fatos para reforçar suas posições teóricas.

O capítulo três tem como elemento central a indagação: uma sociologia do corpo? Le Breton traz uma colaboração interessante sobre a sociologia que investiga a corporeidade: “*... falar de sociologia do corpo é uma maneira cômoda de falar de sociologia aplicada ao corpo; esta não é uma dissidência epistemológica oferecendo a especificidade do campo de estudos e dos métodos*” (p. 38). Há argumentos de que a reflexão sociológica corre riscos, que vão desde a diluição do objeto até a pluridisciplinaridade, já que o corpo é objeto de estudo de outras áreas do conhecimento.

É no capítulo quatro que são discutidas a técnica corporal, a gestualidade, a etiqueta corporal, a expressão dos sentimentos e as percepções sensoriais. A maneira como o autor trabalha essas questões levam o leitor a perceber que as relações com o corpo vão além da dimensão biológica circunscrita nesta temática. É atra-

vés da corporeidade que as interações e os rituais entre os atores são elaborados: “A percepção dos inúmeros estímulos que o corpo consegue recolher a cada instante é função do pertencimento social do ator e de seu modo particular de inserção cultural” (p. 56). Nesse sentido, até mesmo a dor é vista como uma construção social e cultural, em que as percepções são individuais, mas também coletivas.

Tal como as percepções, a gestualidade, a etiqueta e a expressão dos sentimentos são idealizadas e construídas nas estruturas social e cultural. Assim sendo, as representações e os imaginários do corpo perpassam a relação que os atores têm com o mundo. Eis o desafio da sociologia: a apreensão da dimensão que abarca as manifestações afetivas e das relações de vínculo social que os atores estabelecem entre si.

Ainda esse capítulo, que parece ser a centralidade da obra, já que o autor busca analisar a corporeidade na perspectiva dos tratamentos do corpo, levando em consideração a classe social e a cultura, a crítica das técnicas de tratamento sob a ótica biológica, como o modelo médico centrado, é discutido com relevância. As práticas educativas das condutas de higiene, os cuidados de saúde e com o corpo são disseminadas de forma heterogênea nas classes sociais, não considerando a cultura e os sistemas simbólicos construídos pelas camadas populares. Assim, a sociologia está diante da compreensão da corporeidade na esfera privada (banho, cuidados com as crianças etc.) e também na área pública, como os espaços de estética, cabeleireiros e outros, tendo a dimensão da classe social.

No capítulo quinto, a discussão se inicia com as abordagens biológicas destinadas ao corpo, que consistem no conhecimento biológico, neurológico ou do sistema genético para elucidar esse campo de estudo e para explicar o comportamento humano. O autor questiona isso, já que a corporeidade não é vista de acordo com os sistemas simbólicos de construção das representações do corpo, bem como as influências das práticas sociais e da cultura de uma determinada comunidade. Outro destaque importante é o ponto de vista das diferenças entre os sexos. A corporeidade nos estudos sociológicos deve abarcar as diferenças de ser mulher e de ser homem, pois são construções sociais e não meros constructos biológicos. Outra dimensão colocada neste livro diz respeito à relação do corpo com o racismo e ao corpo “deficiente”, uma vez que há ambivalências sociais e culturais construídas acerca das diferenças.

É no sexto capítulo que são reiteradas as concepções do controle político da corporeidade, que tem como destaque as contribuições das obras de Michel Foucault e de Jean-Marie Brohm. Na perspectiva foucaultiana, a respeito do poder de controle dos corpos, os atores são “controlados e disciplinados” pelo poder político e pelo Estado, que são repressivos, como o hospital, a escola, a prisão e outros, assim contribuindo expressivamente quando aborda a genealogia do poder e suas repercussões ao controle do corpo.

Ainda nesse capítulo, Bourdieu e Luc Boltanski aparecem como um dos destaques na contribuição para os estudos da corporeidade. O corpo é visto como um elemento atrelado à base material, na perspectiva marxista, em que, para as classes populares, é o instrumento de trabalho e, assim sendo, elas se orgulham se nunca tiveram de se afastar das atividades de trabalho: “A valorização da força lhes confere a uma maior tole-

rância à dor, eles não admitem, sobretudo, sentirem-se doentes. Certamente, nunca ter sido afastado por doença foi, durante muito tempo, motivo de orgulho e valor respeitado por inúmeros operários” (p. 82). Ao passo que, para as classes sociais mais privilegiadas, há valorização dos cuidados de beleza e da estrutura física, em detrimento da força física para o trabalho.

O mérito deste livro diz respeito à preocupação com as investigações sociais e culturais do corpo, em que as ciências sociais devem ter, como objeto de análise, além de uma apreensão às dimensões simbólicas, como, por exemplo, as expressões e percepções construídas na dinâmica social. Aos profissionais de saúde, a contribuição é persistente, o corpo na dimensão política, social, cultural, na diferença entre as classes sociais e de gênero, trazem instigantes reflexões acerca da corporeidade que nos cerca.

Cristiane Batista Andrade
Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas,
Campinas, Brasil.
criks@yahoo.com

THE OBESITY EPIDEMIC: SCIENCE, MORALITY AND IDEOLOGY. Gard M, Wright J. London: Routledge; 2005. 218 pp.

ISBN: 0-415-31895-5

No livro *The Obesity Epidemic: Science, Morality and Ideology*, lançado em língua inglesa, Michael Gard & Jan Wright travam um interessante debate acerca das questões mais ocultas que giram em torno da produção científica biomédica sobre a obesidade.

A inegável contribuição dos autores à saúde coletiva, sociologia, educação física e outros campos de conhecimento pode ser percebida no crítico e rico olhar produzido sobre este crucial tema da atualidade e adém de um posicionamento que não se contenta com as supostas verdades ditadas por uma ciência positivista, cuja visão do corpo é de um mecanismo determinado simplesmente pela diferença entre o número de calorias consumidas e gastas. O corpo, assim, assumiria a forma de uma máquina imune às influências sociais, culturais, econômicas, entre outros aspectos. Além disso, a “epidemia da obesidade”, anunciada por esta ciência, tem sido considerada uma consequência natural do “moderno estilo de vida ocidental”.

Para tratar do tema, algumas questões pontuais são trazidas à tona e atravessam toda discussão presente no texto. Uma das interrogações refere-se ao elevado grau de complexidade e incertezas do conhecimento. Outra interpelação diz respeito à moralidade e posições ideológicas contidas nos discursos daqueles que advogam uma “guerra” contra obesidade.

O argumento central, dessa forma, é que muitas indagações deveriam ser postas antes da crença em uma idéia de “epidemia da obesidade”. Nesse sentido, os autores discutem, entre outros aspectos, as soluções apresentadas pelos especialistas para lidar com a chamada epidemia, sempre relacionadas aos comportamentos individuais.

O livro é estruturado em dez capítulos. O primeiro é uma apresentação geral. O capítulo dois concentra-se na análise dos discursos que circulam nos meios de comunicação, mais especificamente na mídia escrita. No capítulo três, Gard & Wright buscaram debater o corrente estado da “ciência da obesidade”. Os autores, no